



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 128.838/16
(e-Doc nº 493.168/18)

CONTRATO N. 2017/052.4

QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A
AGÊNCIA ESTADO S.A., PARA O
LICENCIAMENTO DE CONTEÚDO
NOTICIOSO E INFORMES POLÍTICOS EM
TEMPO REAL

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor CELSO DE BARROS CORREIA NETO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a AGÊNCIA ESTADO S.A., situada na Avenida Professor Celestino Bourroul, 68, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o n. 62.652.961/0001-38, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada pelo Senhor RUI ALEXANDRE FREITAS PIRES, brasileiro, residente e domiciliado em São Paulo - SP, e pela senhora ELISSANDRA MANZANO, brasileira, solteira, residente e domiciliada em São Paulo-SP perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/1993, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, em especial com o *caput* do artigo 25, com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, em especial com o *caput* do artigo 21, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre das seguintes alterações:

- a) prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 21/12/21, com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO;
- b) Reajuste de aproximadamente de 9,68% (nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) sobre o valor contratado, com amparo na Cláusula Sétima deste Contrato; e
- c) Supressão de aproximadamente 20,54% (vinte inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) do valor mensal original atualizado, correspondente a R\$1.853,28 (mil oitocentos e cinquenta e três reais e



vinte e oito centavos), com amparo no §1º do Art.65 da Lei 8.666/93, c/c o §1º do Art.113 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/01.

O presente Contrato, com sua numeração alterada para 2017/052.4, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ 86.019,36 (oitenta e seis mil e dezenove reais e trinta e seis centavos), considerados os preços unitário constante da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O pagamento do objeto aceito pela CONTRATANTE será feito em parcelas mensais, não se admitindo antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no último dia útil do mesmo mês da disponibilização dos Conteúdos, após atestação pelo Órgão Responsável.

Parágrafo terceiro – As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhada Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo das atividades executadas e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{j}{100} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

R

11



em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31, da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64, da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no subitem anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo oitavo – Caso esteja enquadrada nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensada da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administrativas pela Receita Federal do Brasil, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

.....

CLÁUSULA OITAVA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2021NE001550, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01.031.0553.4061.5664 - Administração Legislativa - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 21/12/21 a 20/12/22.

Parágrafo único - O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

R.

4



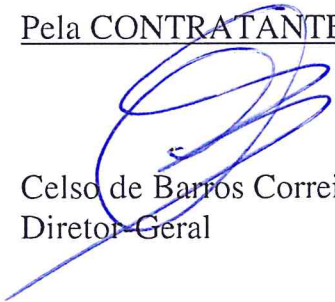
CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....”
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 5 (cinco) páginas cada.


Brasília, 20 de dezembro de 2021.

Pela CONTRATANTE:



Celso de Barros Correia Neto
Diretor Geral

Pela CONTRATADA:



Rui Alexandre Freitas Pires
Procurador



Elissandra Manzano
Procuradora

CCONT/LC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO ÚNICO

ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	TIPO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	43598	Broadcast News	Licenciamento de Conteúdo	Licença	4	R\$ 1.475,25	R\$ 5.901,00
		Caderno Político (Adicional ao Pacote Broadcast News)				R\$ 162,38	R\$ 649.52
		Broadcast Político			1	R\$ 617,76	R\$ 617,76
		Quantidade Total			5	Valor Mensal	R\$ 7.168,28
						Valor Anual	R\$ 86.019,36
DESCRIÇÃO: acesso a plataforma de licenciamento de conteúdos noticiosos e informes políticos em tempo real dedicado à cobertura do cenário político com notícias, análises e vídeos, abrangendo os bastidores das três esferas do Poder, 24 horas por dia, sete dias por semana, acessível por plataformas convencionais " <i>desktop</i> " por meio de " <i>browser</i> " (navegadores para internet) ou plataformas móveis " <i>tablets</i> " e " <i>smartphones</i> ".							
OBSERVAÇÃO: cada licença equivale a 1 (um) acesso individual.							